

Jornada de trabalho cai para 44 horas semanais

Josemar Gonçalves



Lula criticou a posição das lideranças e considerou suas reuniões "sem respeito e credibilidade"

A Comissão de Sistematização aprovou ontem, por 66 votos contra 2, a redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais. Esse resultado dificulta a aprovação da emenda popular do Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar (Diap), subscrita por 300 mil eleitores, que propõe a jornada de 40h00, já que no plenário da Constituinte serão necessários 280 votos favoráveis para a alteração da decisão tomada pela Comissão de Sistematização.



A emenda acolhida, de autoria do deputado Gastone Righi (PTB-SP), grande "duração máxima do trabalho normal semanal de 44h00 e jornada diária não superior a oito horas". A aprovação foi assegurada em um acordo entre as lideranças do PMDB, PFL e PTB e até mesmo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), com o senador Albano Franco (PMDB-SE) — presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) —, que se mostrou favoráveis às 44 horas.

Arinos ameaça com pedido de demissão

Com voz mansa, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), surpreendeu a todos quando, em meio a sessão de ontem, ameaçou demitir-se do cargo caso o plenário entendesse que, ao descumprir o regimento, estava "praticando algo indigno". "Me demito daqui agora. A Comissão tem quatro grandes vice-presidentes e eu saio daqui satisfeito", disse ele. Ninguém se manifestou. Rapidamente e bem-humorado, Arinos disse: "Bem, já que há necessidade disso, passemos a votação".

Tudo começaria com um pedido do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), para que fosse dada preferência a votação de sua emenda que propunha a jornada de trabalho de 42 horas semanais. O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) disse que a mesa não poderia submeter o pedido a votação porque o requerimento fora apresentado fora do tempo hábil. Arinos concordou e decidiu não acatar o pedido de Ramos.

Minutos antes de ser iniciada a votação, a deputada Abigail Feitosa (PMDB-BA) levantou questão de ordem para saber se a aprovação das 44 horas prejudicaria o destaque do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que estabelece 42 horas. Diante a resposta de que nenhuma outra emenda poderia ser votada no caso de aprovação do destaque de Righi, os constituintes do grupo de esquerda criticaram a conduta da presidência da Comissão de Sistematização.

Exaltado, o deputado Paulo Ramos, denunciou "a conspiração auricular do assessor — o secretário-geral da Câmara e da Constituinte, Paulo Afonso Martins —, que está torcendo o regimento interno da Casa para garantir interesses de certos grupos". Ramos acrescentou que se a conduta fosse mantida, o secretário-geral estaria dando "razão para tudo o que se fala aqui a seu respeito e de seu passado". As declarações foram contestadas pelo relator Bernardo Cabral e pelo presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, que pediu a retirada da taquigrafia "dessas afirmações infundadas", acrescentando que não poderia admitir o crédito de "maquinações tão imorais ao secretário da mesa".

Rompimento

Após a votação do destaque —

66 votos a favor e 23 contra —, o deputado José Genoíno exigiu a colocação da proposta das 42 horas semanais em votação, informando que na reunião de lideranças, onde redigiu o texto da consolidação das normas de votação, ficou claro que em relação a este tema todas os destaques que divergissem "nos números" seriam apreciados pelo plenário. Em seguida, o líder do PT, Luís Inácio "Lula" da Silva, solicitou ao senador Afonso Arinos que consultasse todos os líderes para comprovar a versão. A única liderança a se manifestar foi a do PDT.

Lula insistiu ainda para que Afonso Arinos disse o seu despoimento, por ter comparecido àquela reunião. Diante da negativa do senador e da omissão das outras lideranças, o deputado fez questão de anunciar em plenário "que a partir de agora as reuniões de liderança são menos produtivas por não existir um mínimo de respeito e credibilidade". De maneira um pouco rude, o presidente da Comissão encontrou uma fórmula miúda para contornar a situação: "Acho que esse rompimento não tem a menor repercussão, nossas relações pessoais não serão atingidas com isso".